



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA

Processo Licitatório: 3032/2022

Referente à:

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

DATA DA ABERTURA: 30 de junho de 2022

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: REFORMA E ADEQUAÇÃO DA NOVA ESCOLA EM CAMBOATÁ (CONCLUSÃO DO CIEP), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Orçamento, II – Memória de Cálculo, III – Cronograma, IV – BDI, V - ART, VI – Caderno de Encargos, VII – Planta Demolir e a Construir, VIII – Planta Baixa, IX – Planta Corte e Fachada, X – Planta Implantação, XI - Minuta de Contrato, XII - Metodologia para cálculo de garantia adicional, XIII - Declaração de Idôneo, XIV - Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos, XV – Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições, XVI – Declaração de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e XVII – Carta de Preposição.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade **CONCORRÊNCIA** do tipo *menor preço Global*, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar n.º 123/2006 com redação dada pela LC n.º 147/2014, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 25/05/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 26/05/2022 e no diário oficial da união em 26/05/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sivriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi protocolado através do processo nº 05173/2022, pela empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente.

DO PEDIDO

Alega a empresa:

- Que a observação contida após o item 3.1.1.1.17 que afirma quanto a dispensa de autenticação em documentos quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio de internet, entende a recorrente que a exigência contida no item, inserido no contexto do edital, acaba por trazer inegável contradição, propiciando dúbia interpretação, impugnação entre concorrentes e recursos desnecessários.
- Compulsando o referido edital, verifica-se o item 3.1.1.12, e subitens seguintes, que assim estabelecem:

3.1.1.1.12.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

(...)

3.1.1.1.12.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- A. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- B. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

3.1.1.1.12.1.3 Sociedade criada no exercício em curso:

- A. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Continua a empresa informado que os itens acima trazem a exigência de apresentação de cópia autenticada pela junta comercial, em que pese a singela "observação" inserida ao final do item, informando que tal exigência contraria a lei federal, em especial quanto ao dispositivo no art. 39-A da Lei nº 8.934/1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, e assim estabelece:

Art. 39-A. A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra. (g.n.)

Art. 39-B. A comprovação da autenticação de documentos e da autoria de que trata esta Lei poderá ser realizada por meio eletrônico, na forma do regulamento. (g.n.)

- Continua a empresa informando que da forma que foi redigido o edital, ao trazer a exigência de que a autenticação deva ser efetuada pela junta comercial, **sem, contudo, informar que aquela autenticação pode ser substituída por recibo eletrônico – SPED,** informando, ainda, que é através do SPED, instituído pelo Ministério da Fazenda, é possível obter o denominado "Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital". Continua informando que o referido documento tem por base legal o Decreto Federal nº 1.800/1996 que regulamenta a Lei nº 8.934/1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, mencionando o artigo 3º da referida Lei. Frisa a importância de que o Decreto Federal nº 8.683/16 altera o Decreto nº 1800/96, acrescentando o Art. 78-A, com a seguinte determinação:

Art. 78-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital.

§ 1º A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped.

§ 2º A autenticação prevista neste artigo dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei..

- Finalizando a empresa informa que "percebe-se que a "**observação**" lançada **as fls. 8** do edital, deveria estar incorporado aos demais itens do edital, com vistas a evitar dúbia interpretação e eventuais impugnações e recursos (...) e que serve a presente para impugnar o item 3.1.1.1.12.1.2 A e B, para que faça constar naqueles que as autenticações a que se referem os referidos itens poderão ser substituídos na forma do recibo de entrega de escrituração contábil (SPED).

- É o pedido da impugnação.

DO JULGAMENTO

Considerando que essa Comissão entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial visando o interesse público;

Considerando que não deve ser esquecido o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 que diz: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos".

Essa Comissão informa que após uma leitura criteriosa referente ao motivo da solicitação de impugnação feito pela empresa, tenta entender o mesmo, uma vez que a empresa participa regularmente das licitações sem nunca ter se quer apresentado questionamento/impugnação sobre o assunto aqui exposto, em momento anterior.

A título de informação a referida empresa participou e foi vencedora das Tomadas de Preços nºs 001/2020, 002/2021, 003/2021 e 005/2021 e Concorrência nº 001/2021, todas com editais semelhantes. Tendo em vista que as Leis/Decretos citados no pedido de impugnação são de 1994, 1996, 2014 e 2016, anteriores as Licitações informadas, causa estranheza a esta Comissão somente, neste momento, impugnar a Concorrência em questão.

A singela observação citada pelo Requerente após o item 3.1.1.1.17 diz:

Obs.: Os documentos apresentados no presente certame poderão ser originais ou cópias. As cópias apresentadas poderão ser autenticadas pelos membros da CPL, durante a sessão de abertura do certame, desde que o licitante apresente os documentos originais para verificação, nos termos do art. 32, CAPUT, da Lei nº 8.666/93. Será dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da internet.

A observação é válida para todos os documentos solicitados no certame, dos itens 3.1.1.1.1 ao 3.1.1.1.17. Dos itens 3.1.1.1.12 ao item 3.1.1.1.12.5 refere-se somente a forma de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis. Reclama o Requerente que o constante neste campo (observação) juntamente com o solicitado no item 3.1.1.1.12.1.2 A e B pode trazer contradição, dúvida de interpretação, impugnação e recursos.

Tendo em vista que a forma do recibo de entrega de escrituração contábil - Sped é tão somente o meio de entrega do balanço e demais demonstrações contábeis e, não isenta a empresa da apresentação dos itens 3.1.1.1.12 ao item 3.1.1.1.12.5 contidos no edital, essa Comissão não conhece a impugnação interposta pela Requerente.

Para esta Comissão fica demonstrado, que, salve melhor juízo, a presente impugnação, ao que nos parece tem mero intuito protelatório. Bastaria apenas um pedido de esclarecimento.


Entretanto, com o intuito de preservar os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, esta Comissão informa que disponibilizará "aviso" nos meios de comunicação quanto a forma de apresentação de recibo.

Por outro lado, a impugnação deve ocorrer e se limitar à eventuais irregularidade na aplicação das normas e condições do edital, que vincula estritamente a Administração Pública aos termos ali contidos, conforme artigo 41, §1º, da Lei nº 8.666/93. Assim sendo, não há fundamentos legais que amparem o requerimento apresentado, razão pela qual opinamos pelo indeferimento.

DA DECISÃO

Diante do exposto, esta Comissão, tendo como base as argumentações apresentadas, indefere o pedido de impugnação feito pela empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**, razão pela qual o edital deverá ser mantido em sua integralidade e a Concorrência nº 01/2022 será mantida na data de 30/06/2022, as 10 horas. Dê ciência ao Requerente e publique-se nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, no jornal de grande circulação, além de ficar disponível par a download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.


São José do Vale do Rio Preto, em 22 de junho de 2022



FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO-Presidente



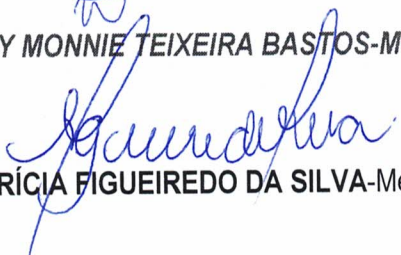
CARLOS DE OLIVEIRA LIMONGI-Membro



REGIS SILVEIRA DA SILVA-Membro



LACY MONNIE TEIXEIRA BASTOS-Membro



PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA-Membro